

ACTA NÚMERO TRÊS

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO.

Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Manuel Tomás Geraldês comigo, António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Eduardo Carlos dos Reis Gomes e Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro.

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D` Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves e Maria Manuela Martins Sampaio.

Eleitos da CDU: Ilda Maria Barroso Leal;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vítor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas e Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória. Informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 17 presenças, registando-se a ausência da Senhora Isaura Freitas Ferreira e dos Senhores Alfredo Guerra Martins e José Proença Gonçalves.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
- 4.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
- 4.2 – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008;
- 5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes;

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que iria passar ao expediente, e informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DE 2008;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que por motivos técnicos, a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2008, será apresentada e votada na próxima sessão.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou uma moção:

Moção:

“Defender e valorizar o Serviço Público de Correio exigir o funcionamento a tempo inteiro da Estação dos CTT – Freguesia de Caria – Município de Belmonte.

No passado dia 19 de Maio, a população de Caria foi confrontada com a informação de que a Estação dos CTT passaria a funcionar apenas entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos. Esta medida traduz um inaceitável desprezo pelos direitos dos cidadãos um retrocesso na sua qualidade de vida e um mau contributo ao desenvolvimento local.

Como é evidente, esta medida significa a transformação da actual Estação num Posto de Correios, com as perdas inerentes que isso significa.

Os habitantes de Caria não compreendem e não aceitam que lhes seja diminuído um serviço que até aqui funcionava a tempo inteiro na freguesia.

Compete aos CTT melhorar o serviço e não degradá-lo. Convém lembrar que os CTT prestam um serviço público essencial e que os lucros não podem ser conseguidos à custa do encerramento de serviços, de cortes nos horários de funcionamento, de atrasos na entrega de correspondência, fazendo recair sobre as populações mais custos e mais sacrifícios.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida no dia 20 de Junho, delibera:

1. Expressar o seu mais veemente protesto pela redução imposta no horário de funcionamento da Estação dos CTT de Caria.
 2. Exigir que a Estação de Correios retome o horário de funcionamento a tempo inteiro, desencadeando as acções que forem consideradas necessárias à sua concretização.
 3. Enviar esta Moção ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Administração dos CTT.
- A Eleita da CDU.”

De seguida colocou a moção à discussão dando a palavras aos senhores deputados;

O Senhor Deputado Francisco António Barata Silveira (PSD):

“O encerramento de serviços públicos é algo que as populações do interior têm vindo a sofrer com a governação do PS, afectando uma população já desfavorecida. Contribuindo para a diminuição da qualidade de vida, para o aumento de despesas de uma população maioritariamente com poucos recursos, e inevitavelmente para a desertificação do interior. Este tem sido um desígnio dêz três anos da governação «Socratina».

Contudo não sou fundamentalista, e compreendo que em determinadas circunstâncias, não se justifica a continuidade de certos serviços, e como professor dou o exemplo das escolas com um reduzido número de alunos em que muitos dos casos a sua continuidade não se justificava ou justifica. Pois não existem pelas razões pedagógicas que fundamente, desde que sejam criadas alternativas credíveis com uma eficaz rede de transportes e centros escolares que possam oferecer aquilo que claramente uma escola isolada e com reduzida frequência não pode oferecer. Contudo tenho por vezes e até frequentemente a dúvida e se as reais preocupações têm sido pedagógicas, ficando mais a sensação que são económicas as que efectivamente preocupam o governo.

Há no entanto outros serviços que embora não dependam directamente de decisões governamentais para a sua continuidade, são de extrema importância para a satisfação das necessidades das populações. As estações dos CTT estão nestas condições. Embora estejam vocacionadas para uma lógica de empresa que deve gerar lucros é de todo inadmissível que estejam encerradas, ou reduzindo o seu horário de uma forma unilateral sem respeitar as mais básicas necessidades das populações. E neste caso está os CTT de Caria, que embora não tenha fechado impõe um horário que só favorece os interesses da instituição e não os interesses e as necessidades da população. A diminuição do horário é completamente intolerável, pelo que um horário 9 horas às 12 horas e 30 minutos apenas podem servir quem não trabalha, para quem trabalha perante este horário certamente que os CTT estarem abertos ou encerrados é rigorosamente o mesmo. Mas, compreendemos a razão deste horário, é que estar aberto 3 horas e 30 minutos da parte da manhã fica mais barato do que estar aberto 4 horas durante a tarde, ou 7 ou 8 horas durante o dia.

A indignação deu em murmúrio, a população sentes esquecida e menosprezada, pelo que devem ser tomadas medidas de pressão sobre a Administração dos CTT, demonstrando o nosso descontentamento, e exigindo o cumprimento de um horário que sirva efectivamente os interesses da população, e não deixando acontecer aquilo que já se vai vaticinando, ou seja a redução do horário é o prelúdio do encerramento total dos CTT na Vila de Caria. Penso que um processo desta natureza, precisa para que se exerça uma forte pressão sobre a administração da empresa de uma liderança forte, pelo que a Junta de Freguesia de Caria e a Câmara Municipal tem possibilidade de desempenhar. Certamente que contarão com o apoio de todas as forças partidárias e com o apoio da população de Caria, que maioritariamente depositaram a confiança nos actuais dirigentes e instituições autárquicas. Assim sendo, e considerando que todos temos alguma responsabilidade em defender os interesses da população que nos elegeu, apresento a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em sessão ordinária no dia 20 de Junho de 2008, pelas 20 horas e 30 minutos, discutiu no período de antes da ordem do dia a recente redução de horário de funcionamento da Estação dos CTT da Vila de Caria.

Tal redução de horário não serve as necessidades actuais da população da freguesia de Caria, nomeadamente a população activa, perante um horário de abertura das 9 horas às 12 horas e 30 minutos, não têm qualquer possibilidade de utilizar este serviço público.

A população, tem demonstrado a sua indignação por esta redução de horário totalmente inaceitável.

Que esta Assembleia Municipal como legitima representante da população e dos seus interesses, vem reivindicar a reposição do horário de funcionamento da Estação dos CTT de Caria, durante a manhã e a tarde de forma a servir adequadamente a comunidade em que está inserida.

Enviar esta moção à Administração dos CTT, Senhor Presidente da Assembleia da Republica, ao Grupo Parlamentar do PS, ao Grupo Parlamentar do PSD, ao Grupo Parlamentar da CDU, ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e ao Senhor Primeiro Ministro.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação conjunta das moções apresentadas pela Senhora Deputada da CDU e pelo Senhor Deputado do PSD.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar ambas as moções apresentadas.

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou uma Declaração Política.

Declaração Política: “Afinal: Muitos, muitos mil!...”

No passado dia 5 de Junho, mais uma vez, os trabalhadores portugueses vieram à rua defender os seus direitos.

Mais de duzentos mil trabalhadores realizaram um poderoso protesto que constituiu uma inequívoca afirmação da sua determinação em lutarem pela melhoria das condições de vida e pelo desenvolvimento do país.

A CDU expressa uma calorosa saudação a todos quantos ali se manifestaram, demonstrando que o povo português não se vergará, e que saberá defender o que tão arduamente conquistou no Portugal de Abril.

Mas mais uma vez, o governo, fechado na sua torre de arrogância e autismo, agora na pessoa do seu responsável máximo, o Senhor Primeiro-ministro, veio desvalorizar a imensa massa humana que nesse dia encheu ruas de Lisboa, afirmando que o número de manifestantes era irrelevante e que só os argumentos lhe importavam.

Afinal que força “empurrou” mais de 200 mil cidadãos para a rua? Que razões levaram a que se manifestassem massivamente?

Se duvidas houvesse, recordem-se algumas...

Primeira e grande razão foi/é demonstrar o grande descontentamento para com as políticas desenvolvidas por este governo, que se diz socialista, e que, qual Robin dos Bosques ao contrário, tira aos pobres para dar aos ricos, fazendo com que Portugal seja o campeão das desigualdades na União Europeia.

As outras decorrem da primeira... infelizmente constata-se que passados cinco anos sobre a aplicação do Código do Trabalho a situação económica e social dos trabalhadores não tem parado de se agravar... o desemprego, a precariedade e a deterioração da qualidade do emprego não param de aumentar... o agravamento do custo de vida e a consequente diminuição do poder de compra real dos salários é constante...

Como se não bastasse, assiste-se agora à tentativa de implementar uma gravosa revisão do Código do Trabalho, para alargar a jornada de trabalho com horas extras sem pagamento, fazer caducar a contratação colectiva, facilitar os despedimentos sem justa causa colocando todos os trabalhadores em situação precária, aumentar o campo da arbitrariedade patronal e da indignidade nos locais de trabalho e abrir uma grande área de negócio com a transferência de dinheiro público para os lucros dos grupos económicos e financeiros, a pretexto de um falso combate à precariedade que é no essencial a sua legitimação.

Exmos. Senhores e Senhoras:

O Governo PS/Sócrates tem graves responsabilidades na actual situação: ao optar por prosseguir e aprofundar a matriz de desenvolvimento assente em baixos salários, em trabalho desqualificado e precário, no desrespeito pelos direitos laborais e sociais fundamentais; ao optar por desrespeitar os compromissos do PS quando era oposição, bem como as promessas eleitorais, retomando as teses do PSD/CDS-PP, ao invocar mais uma vez a competitividade e a pretensa “rigidez do mercado de trabalho”, afirmando que o “emprego para toda a vida é um anacronismo”, para deste modo justificar a apresentação de propostas totalmente inaceitáveis contra os trabalhadores do sector privado e da Administração Pública.

Este é um caminho inaceitável.

Tal como é igualmente inaceitável a redução do período de discussão pública da revisão das leis laborais de 30 para 20 dias, como defende o governo, apenas numa lógica de conveniência política.

Perante a enorme manifestação de descontentamento e indignação que percorre todo o país, perante a necessária ruptura com as políticas de direita e a criação de condições objectivas para a implementação de uma verdadeira política alternativa, a CDU, fiel aos seus compromissos, continuará a intervir para que o Governo PS/Sócrates responda aos difíceis problemas que o País enfrenta, apelando à luta dos trabalhadores e do povo português para que outras políticas se concretizem. E é nesse sentido que manifestamos desde já a nossa solidariedade e apelamos à participação de todos os trabalhadores nas acções promovidas pela CGTP-IN para o próximo dia 28 de Junho, e para a manifestação que, no nosso distrito, terá lugar na Covilhã

A CDU está convicta de que à semelhança de outras alturas, em todo o país, seremos MUITOS, MUITOS MIL PARA CONTINUAR ABRIL!”

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar ao Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas.

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas (PSD).

“Relativamente ao ponto em discussão, gostaria de fazer alguns reparos sobre os últimos investimentos e obras que se tem vindo a fazer no concelho. Todos concordamos em tempos, serem obras de importância crucial para o concelho que continuam por cumprir. Estamos a um ano das próximas eleições autárquicas, e todos nos lembramos de uma quantidade de promessas que fomos fazendo ao longo da campanha eleitoral. Certo é que passados quase três quartos do mandato, essas obras continuam a não aparecer. Uma delas teve até ameaça de demissão. Recordo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte ameaçou demitir-se de alguns cargos se o Complexo Desportivo de Belmonte não fosse concluído antes do início da próxima época desportiva. Não sei se mantém essa posição, mas, certamente esclarecerá de que cargo se demite, se a sua promessa para com o eleitorado se mantiver.

Há que ressaltar algumas obras que estão em curso, nomeadamente a requalificação da Zona Envolvente aos Paços do Concelho, mas, é uma obra com pouca ambição. Porque faz apenas metade da requalificação necessária do espaço, a outra metade fica por requalificar, nomeadamente o que se prende com o edifício devoluto, que não tem qualquer utilidade, e que deveria haver a coragem do demolir, que é a antiga praça. A demolição deste edifício, vinha certamente dar outro aspecto aquela zona, e uma outra amplitude ao próprio edifício dos Paços do Concelho. Isso sim seria uma requalificação ambiciosa. Ambiciosa seria também se a autarquia adquirisse os edifícios que se encontra em frente à câmara, e os demolisse, para poder criar um espaço mais amplo e dignificar este edifício público. É esse tipo de ambição que traria uma obra de requalificação digna, para este espaço da envolvente do edifício dos Paços do Concelho.

As pessoas que gerem esta autarquia, têm que ser arrojadas, de fazer muito mais, de pegar em coisas que à primeira vista resistem à mudança, como por exemplo a proposta aqui apresentada do alargamento de horário para os estabelecimentos de restauração e bebidas desde que obviamente, reúnam condições para isso, que permita que o comércio e a nossa juventude possam ter mais horas para estarem em convívio.

Falta coragem de fazer da Casa da Torre de Caria um investimento produtivo. É óbvio que o Concelho de Belmonte tem naturalmente um cariz turístico, naturalmente que o turismo é uma fonte de receita ainda por explorar neste concelho, ainda não produziu receitas para que as populações deste concelho tirem dele algum benefício.

Falta coragem de requalificar a Casa da Torre no sentido em que seja produtiva, para que a população beneficie com o retorno desse investimento, pelo que não acredito que o investimento programado para a Casa da Torre seja rentável.

Por fim falta investir nas pessoas, falta o emprego, a dinâmica social, o apoio ao associativismo, o apoio á criação de novas empresas, falta a criação de um gabinete já proposto e aprovado pelo executivo há sete anos atrás, que serviria para apoiar as empresas, e a criação da dinâmica social. Para não falar agora na elevada expectativa criada á volta da Empresa Municipal que, como tenho dito repetidas vezes, se tornou num «bluff» autêntico, uma empresa municipal que gere uns museus á forma de «merceiro» gerindo quatro ou cinco funcionários, gerida no sentido da obtenção do lucro, a empresa municipal não deveria ser gerida para dar lucro, mas, sim ter como objectivo promover a dinâmica social, apoiar os empresários e as pessoas que vivem em Belmonte.

Este é um pouco o retrato de aquilo que eu penso ser a falta de ambição deste concelho. Reconheço no entanto que algumas coisas se têm feito, e não seria de esperar outra coisa,

mas esta falta de ambição, esta falta de envolvimento das pessoas, nomeadamente o que acontece com a Feira Medieval que já vai na sua quarta edição e denota-se uma falta de envolvimento dos cidadãos e inclusive das associações e colectividades deste concelho. As gentes de Belmonte têm que ser parte integrante dos eventos que realizam, não podem ficar á margem, não basta só contratar uma empresa que organize os eventos, é necessária a participação das populações, senão corremos o risco de que estes acabem.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Agradeço ao Senhor Deputado Luís D’Elvas a questão me colocou mas apenas queria desfazer um equívoco, na minha intervenção a propósito da construção do futuro Complexo Desportivo, não me referi ao início desta época desportiva, o que disse foi que as obras deveriam começar atempadamente para que estivessem prontas para o início da próxima época desportiva de 2009/2010.

Relativamente a isso devo-lhe dizer que mantenho a minha palavra e na próxima assembleia a realizar no mês de Setembro cá estarei na qualidade de deputado de Presidente da Junta ou de cidadão para lhe responder a essa questão.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse:

“Que na sua opinião, não foram feita perguntas mas sim considerações sobre a vida do município.

Relativamente à Feira Medieval, esclareceu, que vai na sua quinta edição e não quarta como foi dito.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2008;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias.

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD).

“Solicita-se a esta Assembleia Municipal que proceda à análise e discussão da primeira revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.

Para nos podermos pronunciar analisamos o documento que nos fornece não dúvidas técnicas, mas duvidas sobre a aplicação do valor em causa.

Analisada a certidão da Divisão Administrativa e Financeira consta da certidão extraída da acta da reunião da Câmara Municipal realizada em 4 de Junho de 2008 e explicação do Exmo. Senhor Presidente que é a seguinte: «o senhor Presidente sobre o assunto em epígrafe informou que tem a ver com a imposição legal que é a utilização do saldo da gerência anterior e aplicá-lo em obras que vão ser iniciadas e em fase de concurso e também na situação nova dos Julgados de Paz».

Passando ao texto de introdução à revisão dos Grandes Opções do Plano e Orçamento, aqui são discriminadas obras que já estavam devidamente orçamentadas em documento anterior.

Concluimos que esta Assembleia Municipal não é devidamente esclarecida das imposições legais que obrigam a esta revisão, nem são justificadas as razões pelas quais se reforçam verbas de obras já devidamente orçamentadas.

Compreendemos no entanto o espírito das referidas imposições que obrigam as Câmaras a aplicar no exercício seguinte os Resultados do Exercício Anterior, (melhor dizendo: devem ser investidos no exercício seguinte os valores que por alguma razão o não foram no ano anterior). A não ser assim, poderiam as Câmaras Municipais reduzir os seus planos de actividades durante três anos, constituindo assim excedentes para investir no quarto exercício, o que não seria propriamente transparente.

Após análise do plano de investimentos para aplicação do reforço de 1 222 500,00 € continuam a existir verbas não devidamente explícitas e classificadas na rubrica «OUTROS».

De qualquer forma, todos os itens espelhados neste documento já se encontravam orçamentadas no documento anterior e cuja revisão agora se procede, através do reforço de verbas.

Assim sendo, para quê o reforço de verba? O valor porque se encontravam as obras orçamentadas não era o necessário e consequentemente as obras não iriam ser realizadas? Ou será que com este reforço de verba as obras irão ser realizadas mais brevemente?

Senhor Presidente, esta não seria obviamente a nossa opção. Havendo excedentes de anos anteriores, deveriam e poderiam ser investidos em novas obras, de que este Concelho tanto necessita, (por exemplo um campo de feiras e mercados) uma vez que aquelas se encontram devidamente orçamentadas. Os valores não serão certamente aplicados de acordo com o que nos é proposto. Transitará certamente para o ano económico seguinte, a não ser que esta Câmara altere toda a dinâmica dos investimentos programados.”

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU).

“Sobre esta 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, relembro que votamos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2008, porque e passo a citar: “Para a CDU este plano e orçamento de 2008 revelando a continuidade num «marasmo», continua a ser desequilibrado e a demonstrar que esta maioria política não tem um projecto de desenvolvimento. As prioridades revelam desequilíbrio notável, investe-se, salvo seja, na cultura mas manda-se às «malvas» a educação, aposta-se em alguns, poucos, equipamentos mas despreza-se a habitação e a sua recuperação, emprego, saúde, acção social, nada de novo. Este é o orçamento nada socialista de uma autarquia PS, nada a que não estejamos habituados. Por tudo o que fica expresso este é um mau orçamento, não regista qualquer inversão ou alteração substancial nas linhas orientadoras da política definida nos anos anteriores. Por essa razão o nosso voto é contra o Plano e Orçamento para o ano 2008.”

Objectivamente não eram as grandes opções do plano e orçamento da CDU. Quanto à 1ª revisão aqui em discussão e atendendo a que a instalação de um Julgado de Paz no Município de Belmonte é de extrema importância para os munícipes, inclusivamente é algo do que fazia parte do nosso programa eleitoral, por esta razão votamos favoravelmente a 1ª

Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008. Numa altura em que quase diariamente se encerram serviços públicos que reputamos da maior importância a instalação de um serviço desta natureza que vem permitir resolver pequenas contendas de forma rápida, desburocratizada e a custos reduzidos para o cidadão.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

“Considerando que também nós bancada do PS, concordamos que esta 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, se justifica por imposição legal relativa há utilização do saldo de gerência anterior e respectiva aplicação em obras no nosso concelho, a bancada do PS vota favoravelmente este ponto.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria aprovar a 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, com 6 votos contra do PSD, com 11 votos a favor do PS, da CDU e com o voto favorável do Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público não tendo havido qualquer intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário